

Agência como vulnerabilidade: explicando a ida das crianças para as ruas de Acra¹

Phil Mizen

University of Warwick - Reino Unido

Yaw Ofosu-Kusi

University of Education/Winneba - Gana

Resumo

O artigo considera a agência das crianças que passaram a viver nas ruas de Acra, Gana. O conceito de agência, pouco examinado, tem sido utilizado nos estudos da infância para enfatizar a capacidade de escolha das crianças. A literatura sobre crianças de rua e trabalhadoras, e da área cognata de estudos sobre migração independente de crianças, tem tratado de questões de agência das crianças significadas pelas referências às teorias de escolha racional ou à força normativa da infância. Ambas as abordagens não respondem a importantes questões. Para superar estas omissões nos baseamos em argumentos sócio-realistas e, em particular, na ênfase que colocam na vulnerabilidade como base da agência.

Palavras-chave: Crianças de rua. Crianças migrantes. Agência. Vulnerabilidade. Infância.

1. Tradução de Paul Torquist. Revisão técnica de Fernanda Müller.

Agency as vulnerability: accounting for children going to the streets of Accra

This paper considers the agency of the children who have moved to the streets of Accra, Ghana. A largely unexamined concept, agency is commonly used in childhood studies to stress children's capacity to choose. In the literature on street and working children, and a cognate area of children's independent migration studies, children's agency is made meaningful by reference to rational choice theories or to the normative force of childhood. It is our argument that both approaches leave unanswered important questions and to answer these we draw upon the arguments of social realism and the emphasis they place on human vulnerability as a source of agency.

Keywords: *Street children. Migrant children. Agency. Vulnerability. Childhood.*

Agencia como vulnerabilidad: explicando la partida de los niños a las calles de Acra

El artículo considera la agencia de los niños que pasaron a vivir en las calles de Acra, Ghana. El concepto de agencia, poco examinado, ha sido utilizado en los estudios de la infancia para destacar la capacidad para elegir. La literatura sobre niños de la calle y trabajadores, y el área afín de los estudios de migración independientes, se ha ocupado de cuestiones de agencia de los niños significadas por las teorías de la elección racional y la fuerza normativa de la infancia. Ambos enfoques no responden a cuestiones importantes y para superar estas omisiones nos basamos en argumentos socio-realistas, en particular, en el énfasis que le dan a la vulnerabilidad como base de la agencia.

Palabras clave: *Niños de la calle. Niños migrantes. Agencia. Vulnerabilidad. Infancia.*

O “apelo para que as crianças sejam entendidas como atores sociais que moldam e são moldadas pelas suas circunstâncias” (James; Jenks; Prout, 1998, p. 6, tradução nossa) é um tema condutor central do “novo paradigma” dos estudos da infância. Proposto como uma ruptura definitiva com os estudos ortodoxos da infância, o reposicionamento conceitual da criança como agente influenciou uma extensa gama de pesquisas que questionaram as noções normativas da infância como um período caracterizado pela dependência biológica e social. Nesse sentido, a agencialização da criança pela sociologia gerou um período notavelmente produtivo de pesquisa. Como afirma um de seus principais arquitetos:

O aspecto verdadeiramente novo na abordagem [do novo paradigma] é o reconhecimento de que as crianças podem ter agência, bem como a determinação com a qual os pesquisadores saíram a campo para encontrá-la. Nisso obtiveram grande êxito.” (Prout, 2005, p. 65, tradução nossa)

Apoiados em *insights* do interacionismo social e da fenomenologia, bem como analisando as experiências das crianças através de métodos de pesquisa centrados na criança, estudos rotineiramente demonstram a sofisticada compreensão por parte das crianças de seus mundos sociais, assim como suas competências para agir segundo essas percepções (Mayall, 2002; James; James, 2004; Corsaro, 2005).

É importante ressaltar que esse interesse na agência das crianças atraiu a atenção de pesquisadores da infância localizados fora do Hemisfério Norte econômico, onde a influência do novo paradigma inspirou estudos sobre as “circunstâncias especialmente difíceis” (Ennew, 2003) em que vivem as crianças, bem como observações sobre como elas lidam com sua situação. Ao revelar a voz a essas crianças e utilizar suas experiências para enquadrar a análise, os estudos revelaram ações deliberadas por parte das crianças, normalmente consideradas passivas (vítimas), identificando nessas ações sua engenhosidade, imaginação e resistência. Assim, por exemplo, a militarização infantil foi reformulada como apoio intencional de posições políticas específicas pelas crianças, bem como expressão de seu comprometimento com as causas pelas quais elas pegam em armas (Hart, 2004; Reynolds, 2005). Outras pesquisas identificaram a prostituição infantil como estratégia consciente de sobrevivência para crianças (Montgomery, 2007), enquanto os polêmicos estudos sobre o trabalho infantil indicaram que as crianças consideram o trabalho como uma forma de sustentar suas famílias, reforçar seus estudos, adquirir habilidades, experiência e independência, bem como obter acesso ao mercado de trabalho mais amplo (Liebel, 2003; Bourdillon,

2006; Offit, 2008). O que está em jogo aqui, conforme Reynolds et al. (2006), é a possibilidade de ocorrer uma “refração” da teoria e da prática, uma mudança de direção, um afastamento da geometria da dependência, da não produtividade e da irracionalidade infantil – noções exportadas pelos modelos ortodoxos da infância no mundo minoritário – para uma situação onde os princípios dos “melhores interesses” das crianças precisam ser confrontados com os desvios determinados pelas prioridades e aspirações que as crianças estabelecem deliberadamente para si.

Em nossa própria área de pesquisa – crianças em situação de rua² – a influência refrativa do novo paradigma também é aparente. Pesquisas agora regularmente afirmam que “crianças [em situação de rua] devem ter a sua agência restaurada [...] e devem ser levadas a sério enquanto atores sociais, econômicos e políticos” (Offit, 2008, p. 59, tradução nossa), ou sustentam que as crianças devem ser consideradas “como seres sociais empoderados, capazes de construir significado e transformar seu mundo” (Kovats-Bernat, 2006, p. 4, grifo do autor, tradução nossa). Tais sentimentos louváveis expressam um distanciamento palpável de modelos anteriores, que viam as crianças de rua como “psicologicamente (e irremediavelmente) marcadas, incapazes de formar relacionamentos como as crianças que são, e definitivamente destinadas ao fracasso emocional, social e econômico como os adultos que se tornarão” (Ennew, 1994, p. 409-10, tradução nossa), para uma visão segundo a qual “as crianças [em situação de rua] são agentes sociais capacitados, que constroem significado e subvertem o poder” (Ennew; Swart-Kruger, 2003, sem número de página, tradução nossa). Nem indivíduos atomizados, nem seres dependentes danificados, as percepções sobre crianças agora afirmam as capacidades por vezes extraordinárias das crianças para criar, a partir da rua, fontes de trabalho e renda (Invernizzi, 2003; Offit, 2008), amizades, sociabilidade e consolo (Ennew, 1994), soluções para a fome (Kovats-Bernat, 2006) e iniciativas para seu bem-estar. (Aptekar, 1994)

A seguir, queremos explorar um pouco mais o tema da agência das crianças em situação de rua, afirmando que apesar de toda a atenção que lhe foi dado, o conceito continua sendo curiosamente negligenciado. Esta negligência tem origem na elaboração original do novo paradigma. Acreditamos que para preencher essa lacuna, o conceito de agência é rotineiramente confundido com a habilidade das crianças de “escolher fazer coisas”, o que geralmente é interpretado a partir da teoria da escolha racional ou através de compreensões da força normativa da infância. Sustentamos que ambas as alternativas criam mais problemas do que soluções

2. Neste ponto é suficiente utilizar o termo em sua acepção mais ampla: crianças que moram e/ou trabalham nas ruas de áreas urbanas, incluindo áreas públicas, terrenos baldios ou prédios abandonados. Mais adiante, o uso do termo será qualificado mais precisamente.

e como contraponto defendemos a importância de considerar a vulnerabilidade humana como a base da agência infantil, também podendo constituir a base para sua ação. Queremos desenvolver esse argumento fazendo referência a pesquisas realizadas com crianças em situação de rua na cidade de Acra, a capital de Gana. Depois de esboçar brevemente o método e contexto de nossa pesquisa, deslocamos o foco para as narrativas das crianças que relatam como saíram de suas cidades de origem e foram para Acra. Sustentamos que as crianças explicam sua saída em termos de possibilidade de escolha individual, autodeterminação e ausência de coerção externa. Entretanto, na penúltima seção deste artigo argumentamos que esse enfoque na escolha exige uma qualificação significativa. Analisando as narrativas das crianças sobre sua própria vulnerabilidade, defendemos que uma explicação mais convincente para a migração para a cidade é a percepção pelas crianças da sua *incapacidade* de continuar dependentes de família e parentes. Concluímos o artigo tecendo alguns comentários entre nosso argumento específico e debates mais amplos no âmbito da sociologia da infância.

Que tipo de criança agente?

Apesar de toda a influência que o conceito de agência exerce sobre os estudos da infância, conforme Bluebond-Langner e Korbin (2007, p. 242, tradução nossa), “o que está menos claro é o grau da agência, o impacto dessa agência, muito menos a natureza dessa agência...individualmente ou em grupos”. Essa ambiguidade já pode ser identificada na elaboração do novo paradigma por Prout e James (1997, p. 8, tradução nossa), onde os autores já incluíam a exigência:

As crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas sociais, das vidas daqueles que estão ao seu redor e das sociedades nas quais vivem. As crianças não são apenas sujeitos passivos diante das estruturas e processos sociais.

O principal propósito desse influente ensaio foi apresentar uma crítica dos modelos ortodoxos da infância e desconstruir seus temas constitutivos de racionalidade, naturalidade e universalidade. Inerente a essa crítica estava certamente o conceito de agência, pois a imagem ortodoxa da criança irracional, predeterminada e singular era vista como dissolvendo-se sob o peso conceitual da criança ativa. Todavia, o que nunca foi especificado é como a agência deveria ser compreendida. A criança como agente também teve grande significado na obra igualmente influente de James *et al.*, *Theorizing Childhood* (1998), na qual a

agência fundamenta sua tipologia da infância como uma construção social, tribal e análoga ao status de uma minoria. Mais uma vez, no entanto, além de identificar a agência como um “ponto comum de mobilização” no combate da visão ortodoxa da criança “como uma forma deficiente de adulto, social apenas em seu futuro potencial, não em seu ser presente”, o que exatamente configurava esse ponto nunca foi elaborado em maiores detalhes.

É justo reconhecer que os arquitetos do novo paradigma certamente reconheceram as incertezas que eles mesmos parcialmente criaram. Apesar de ter libertado as crianças conceitualmente como criadoras de significado, posicionando-as como sujeitos historicamente ativos, a incerteza sobre o que isso efetivamente significa é palpável. Para Allison James e Adrian James (2004), por exemplo, “é preciso reconhecer a diversidade de infâncias das crianças e a participação das próprias crianças como agentes sociais na construção de suas experiências de infância. O que isso significa na prática, entretanto, nem sempre está muito claro” (James; e James, 2004, p. 23, tradução nossa). Alan Prout, escrevendo quase na mesma época, também observou a tensão existente entre a adoção pelos estudos da infância da criança ativa e capaz, e sua incapacidade de fornecer uma resposta adequada para o voluntarismo implícito que caracteriza o conceito. Ele afirma: “a agência das crianças enquanto atores com frequência é tratada de forma superficial, como se fosse uma característica humana essencial, virtualmente não mediada, que não requer muita explicação” (Prout, 2005, p. 64-5, tradução nossa).

Essas incertezas tornam-se mais urgentes quando consideradas em relação a um corpo crescente de literatura sobre temas como o trabalho infantil, crianças em situação de rua e crianças migrantes independentes. A capacidade de agir de forma desimpedida (essencialista) não é algo que facilmente associamos com crianças que vivem sob grandes dificuldades e limitações. Essa, no entanto, é a posição defendida por Iversen, que define a “forte autonomia infantil” observada por ele entre as crianças Gujarati, que migram desacompanhadas por longas distâncias à procura de trabalho, como “reflexo inequívoco de um desejo independente de sair de casa por parte de um migrante, sem qualquer pressão e envolvimento dos pais na tomada de decisão” (Iversen, 2002, p. 821, tradução nossa). A intenção de Iversen é caracterizar as crianças-trabalhadoras como atores dotados de escolha racional, como agentes que utilizam certos meios para certos fins, capazes de controlar a oferta de seu trabalho em formas não usualmente consideradas na hipótese da economia ortodoxa, que considera o trabalho infantil na função utilidade dos seus pais. Uma racionalidade instrumental tão estrita, porém, não oferece explicação suficiente, pois o argumento metodológico individualista do *homo economicus* (nesse caso, *pueri economicus*?) inevitavelmente fracassa frente

à exigência de explicar a ação humana como algo mais do que a busca instrumental de preferências pessoais. “Individualistas metodológicos”, argumenta Archer, “[precisam] imediatamente abrir mão das exigências de sua posição, pois os fatos que [eles] admitem incluir em [suas] explicações microfundamentadas [sobre as motivações] das pessoas não são nem apenas individuais, nem raramente disposicionais.” (2000b, p. 45, tradução nossa)

Além das ontologias reducionistas dos teóricos da escolha racional, outros relatos de agência entre crianças em situação de rua e crianças migrantes apoiam-se no behaviorismo e na normatividade. Para os behavioristas, o que força as crianças a abandonar suas casas e famílias é a pobreza e as dificuldades que lá enfrentam (Aptekar, 1994; Scheper-Hughes; Hoffman, 1998), mesmo porque “suas condições de vida na rua muitas vezes são melhores do que em casa” (Connolly, 1990, p. 146, tradução nossa). Como ocorre com todas as explicações behavioristas rudimentares, no entanto, a equação que coloca lado a lado a agência das crianças e determinantes estruturais rapidamente se desfaz quando lembramos que a causa não produz necessariamente um efeito. A pobreza e a privação material podem ser importantes elementos para estruturar a decisão das crianças de abandonar seus lares, mas “se a pobreza, a baixa renda ou o baixo poder de consumo levassem crianças para as ruas, deveríamos encontrar muitos milhões de crianças a mais vivendo nas calçadas.” (Conticini; Hulme, 2007, p. 208, tradução nossa) Raramente podemos compreender a agência humana como o simples reflexo de forças estruturais ou culturais, e mesmo invocando influências situacionais como conflitos, o fluxo de refugiados, a violência ou o vírus HIV/AIDS para explicar as “complexas geografias de migração” das crianças em situação de rua (Young, 2004, p. 471). Apesar de estarmos plenamente conscientes dos efeitos espaciais, continuamos sem entender por que algumas crianças vivendo sob tais circunstâncias são movidas a embarcar em jornadas tão complexas.

Para evitar tais explicações mecânicas mal-fundamentadas, é preciso atenção para os significados atribuídos pelas crianças e como esses fundamentam as suas ações. Isso torna-se aparente na análise realizada por Hashim e Thorsen sobre a migração independente de crianças na África Ocidental, onde as autoras explicam a movimentação das crianças referindo-se às “regras do jogo”, onde “tanto escolhas racionais quanto aspectos menos conscientes das subjetividades predispõem indivíduos a favorecer diferentes estratégias em diferentes contextos” (2011, p. 117, tradução nossa). Como pano de fundo da migração infantil encontra-se o manto do “bom filho”, um repertório normativo que atribui às crianças a possibilidade da migração autônoma para sustentar sua família ou para retribuir o investimento feito por seus pais. Hecht apresenta um argumento semelhante em seu influente estudo realizado em Recife, onde crianças em situação de rua

“forjam seu próprio senso de identidade com base em sua própria interpretação das maneiras em que elas diferem das outras crianças pobres que sustentam a casa.” (Hecht, 1998, p. 94, tradução nossa). Para Hecht, a “casa” e a “rua” têm significado tanto como marcadores normativos de identidade, quanto como espaços físicos: ao escolher a rua, as crianças ativamente recusam as obrigações de sustentar a família e respeitar suas mães. Isso explica sua progressiva separação da família e da casa.

Entretanto, é inadequado associar isoladamente as decisões das crianças de sair de casa e ir para a rua com a força normativa da infância. Se a agência infantil pode ser explicada através da adoção pelas crianças de identidades prescritas, como explicar então que elas são capazes de ir além de tais papéis prescritivos? Hecht, por exemplo, silencia sobre o que exatamente nessas crianças lhes permite “interpretar” seus conflitos de identidade entre respeitar a mãe e recusar-se a obedecer, para então, em um processo deliberativo, decidir-se por uma ação que exige descartar formas culturalmente prescritas de comportamento. Afirmar que isso envolve consultar as “regras do jogo”, como o fazem Hashim e Thorsen, é de valor tão limitado quanto afirmar que as crianças muitas vezes são forçadas a enfrentar considerável oposição familiar à sua saída. Sendo assim, invocar a normatividade da infância para conferir significado à agência não nos leva muito adiante, pois não há nada no manual de instruções que explique para as crianças como elas devem, na prática, “rasgar o regulamento”.

Assim, é preciso considerar o que nessas crianças lhes permite construir novas identidades ou distanciar-se das noções normativas da infância. Em outras palavras, o que nessas crianças lhes permite criar novos significados e compreensões, ou lhes impele a agir fora de suas obrigações normativas, ou a despeito delas? Uma linha proveitosa de argumentação pode ser encontrada nos conceitos dos realistas sociais sobre o agente humano “que é mais do que alguém que persegue suas preferências e que anima seus papéis além e acima de suas obrigações normativas.” (Archer, 2000b, p. 53, tradução nossa). No trabalho de Archer, essa força “animadora” (Archer; Tritter, 2000) emana do poder da espécie humana enquanto seres sociais morais, capazes de comprometer-se com “preocupações maiores”: linhas de conduta seguidas como um fim em si mesmo, não como meios instrumentais para alcançar algo maior, ou em consequência da soma das expectativas normativas. Questões de preocupação também são essenciais para Sayer (2011, p. 140) em sua elaboração do conceito de agência em termos de vulnerabilidade humana, uma característica da qual emerge a “força do que deveria ser feito” (*force of ought*), a qual é necessária para dar sentido à ação. Conforme Sayer, “isoladamente, o conceito de agência humana implica a habilidade para escolher fazer certas coisas, mas não fornece qualquer indicação

de por que o faríamos.”

É por um bom motivo, então, que Bluebond-Langner e Korbin (2007, p. 243-242, tradução nossa), ao mesmo tempo em que endossam a preocupação dos estudos da infância com o conceito da agência, também perguntam: “O que acontece com a vulnerabilidade?” “Crianças”, elas escrevem, “são ao mesmo tempo seres em desenvolvimento, dotados de agência, e vulneráveis em vários sentidos”, características que as autoras relacionam com dimensões temporais e espaciais da infância, bem como as condições com as quais as crianças muitas vezes precisam se defrontar. Segundo as autoras, os pesquisadores correm o risco de suprimir as fragilidades e limitações das crianças no afã de ressaltar o status das crianças como atores competentes e chamar atenção para suas impressionantes realizações e sua assombrosa resiliência. Essa observação é sem dúvida oportuna e adequada, mas gostaríamos de ir um pouco além. Ao retomar a vulnerabilidade das crianças, Bluebond-Langner e Korbin (2007) limitam sua compreensão de agência para a capacidade “de escolher fazer certas coisas”, ou seja, a capacidade de decidir, agir ou manipular o mundo de acordo com orientações e objetivos específicos. A vulnerabilidade, em contraste, é apresentada pelas autoras como o antônimo da agência, um déficit de ação que resulta de forças culturais ou estruturais que negam essa capacidade de escolher agir. Acreditamos que a vulnerabilidade não pode ser tão facilmente reduzida para a inação. Pelo contrário, é crucial reconhecer que a consciência da própria vulnerabilidade pode, em si mesmo, constituir a base para a ação, como veremos a seguir.

Os seres humanos (incluindo crianças) são notavelmente capazes, mas também são suscetíveis ao sofrimento, e justamente essa característica de sermos vulneráveis – a fragilidade humana, as necessidades e desejos não atendidos, a dependência dos outros, a necessidade de alimento, calor, estímulo, ligações afetivas – podem tornar as coisas suficientemente importantes para justificar uma ação. “Nosso relacionamento com o mundo”, conforme Sayer, “é um relacionamento de preocupação” (2011, p. 113). O envolvimento de um ser humano com o mundo (natural e social) produz necessariamente percepções sobre sua própria vulnerabilidade, cuja intensidade é suficientemente forte para procurar escapar, proteger-se, ou controlar as deficiências (físicas e culturais) encontradas. Essas percepções são falíveis e também não há certeza se qualquer resposta a elas poderá alcançar seus objetivos. Entretanto, ao dar atenção para essa relação de preocupação com o mundo, perguntas sobre *por que* determinadas coisas passam a ter suficiente força para levar seres humanos à ação podem tornar-se compreensíveis. Citando Sayer (2011, p. 5, tradução nossa): “os conceitos de agência humana ressaltam a capacidade de fazer coisas, mas nossa vulnerabilidade é tão importante quanto nossas capacidades; aliás, existe

uma clara relação entre as duas, pois a vulnerabilidade pode nos instigar a agir ou a não agir, e ambas podem ser arriscadas.” A seguir argumentamos que se dermos a mesma atenção para as percepções que as crianças têm de sua própria vulnerabilidade quanto para suas habilidades, poderemos melhor compreender porque elas deixam suas famílias e suas casas e vão buscar uma vida para si nas camadas mais baixas do imenso setor informal da cidade de Acra.

Um diálogo com um propósito

Para apresentar esse argumento, utilizaremos os resultados de pesquisas de longo prazo com crianças em Acra, Gana. Essa pesquisa incluiu trabalho de campo no qual foram examinadas as vidas de crianças em situação de rua pelo viés de seu trabalho: aquelas atividades que geram os rendimentos necessários para a sobrevivência e para assegurar sua reprodução física diária (Mizen; Ofosu-Kusi, 2012). Isso envolveu pesquisas com crianças no centro de Acra que identificavam a rua como o local onde trabalhavam, viviam e dormiam. Ao abordar essas crianças, nosso objetivo foi criar um diálogo com um propósito, um termo que tomamos emprestado de Burawoy (2007, p. 5) e seu compromisso com o diálogo como a “essência” da etnografia reflexiva. A intenção era encorajar as crianças a expressar suas vozes, a falar e a ser vistas, utilizando para isso encontros aleatórios e conversas informais, bem como entrevistas e discussões em grupos não rigidamente estruturadas. Em alguns casos reconstruímos os padrões de trabalho e moradia no período de 24 horas antes da entrevista, enquanto outras crianças fizeram relatos fotográficos, em uma versão etnográfica das apresentações feitas por crianças em sala de aula (*show and tell*) (Mizen; Ofosu-Kusi, 2010, 2012). Durante esse trabalho de campo encontramos centenas das 15.000 crianças que, estima-se, fazem da rua seu local de trabalho e moradia (CAS, 2008). A partir dos detalhes compartilhados sobre seus mundos de vida, documentamos as experiências, rotinas, preocupações e aspirações de aproximadamente 80 crianças, divididos praticamente por igual entre meninos e meninas, com idades entre 12 e 16 anos (sendo que a mais jovem tinha 9 e a mais velha 17), que vieram para Acra de vários pontos diferentes de Gana ou de outros países. É com base nesses testemunhos e nas observações que os acompanham que este artigo obtém os seus dados.

Não mais disposto a ser dependente

No sentido simples do termo agência, compreendido como a habilidade “para escolher fazer”, as crianças certamente são agentes quando decidem sair

de suas casas. Em apenas um pequeno número de casos o fato de chegar em Acra³ foi explicado pelas crianças entrevistadas como algo além de seu controle imediato, ou como resultado de pressões externas. No caso de Bess⁴, (9 anos) sua experiência é tão excepcional quanto sua tenra idade. A mais jovem das crianças que conhecemos contou que seus pais se separaram depois de um relacionamento tumultuado, e que ela seguiu com seu pai e foi viver numa periferia de Acra, onde a vida com ele era muito caótica e estressante: “Meu pai fumava muito maconha [...] ele estava sempre bêbado e batia em mim, e eu disse que não gostava daquele lugar”. Com o tempo, o problema do álcool e das drogas tornou-se mais sério e seu pai mais imprevisível. Depois de uma discussão mais ríspida, “ele me deu um dinheiro e disse para eu ir onde eu quisesse. É assim que acabei aqui em Kaneshie.”

Para um pequeno número de crianças, outra forma de rejeição explicava sua presença em Acra. Tratava-se de crianças que haviam acompanhado adultos por vontade própria no exercício de um trabalho, mas que então foram abandonadas inesperadamente. No caso de Anita (15 anos), isso aconteceu depois de uma viagem de 70km para Acra na companhia de uma vendedora para quem ela vendia doces. Ela lembra: “A mulher que me trouxe aqui me disse que a gente ia comprar balas e voltar para Swedru [naquela noite], mas ela me deixou aqui e voltou para Swedru...Eu não [voltei] porque eu não tinha dinheiro para o transporte”. Para Owusu (14 anos), sua viagem de 260km de Kumasi para Acra como cobrador em um dos mini-ônibus que estão por toda a parte em Gana terminou de forma similarmente abrupta:

Quando chegamos ao Círculo, ele [o motorista] me disse para esperar lá enquanto ele levava os passageiros para o centro de Acra. Eu não queria ficar lá, e pedi se eu não podia ir junto, mas ele disse “não”. Alguns dos passageiros até disseram para o motorista me levar junto porque eu era muito novo para ficar ali sozinho, não conhecia ninguém e não conhecia o lugar, mas ele nem deu bola. Esperei até de noite e ele não voltou. Eu estava com fome e tinha que arranjar uma maneira de conseguir comida, então comecei a trabalhar carregando coisas para as pessoas.

Por mais duras que sejam as experiências dessas crianças, o abandono foi um caso relativamente isolado. Em todos os outros casos as crianças falaram sobre sua vinda para Acra como uma escolha pessoal, uma ação autodeterminada sobre a qual elas afirmaram ter tido considerável livre-arbítrio. Daniel (15 anos), como muitos outros, nos disse: “eu tomei essa decisão sozinho.” Asumah (15 anos)

3. As referências das crianças são para o centro de Acra.

4. Todos os nomes são pseudônimos.

comentou: “Eu vim, só isso. Eu não tinha nenhuma razão especial [para vir]... Nada me fez vir aqui.” Para Constance (16 anos), o ato de sair de casa também foi explicado como algo totalmente submetido à sua própria vontade:

Constance: Eu acordei um dia e decidi vir, só isso. Peguei minhas roupas e fui com minha amiga para a estação. Quando chegamos lá, eu falei para ela ir na frente [e voltar para casa] e que eu iria atrás, mais tarde. Quando ela foi embora eu subi num caminhão e vim para Acra [uma viagem de aproximadamente 150km]... Trabalhei numa fazenda para arrumar o dinheiro da passagem [5.5 cedis].

Entrevistador: Seus familiares sabem onde você está?

Constance: Não.

Entrevistador: Você não falou para sua mãe ou seu pai que estava indo para Acra?

Constance: Não.

Entrevistador: Nem mesmo para sua amiga?

Constance: Não.

A capacidade das crianças para “escolher fazer” é maior ainda quando reconhecemos a determinação e a força de vontade necessárias para sair de casa. Gana tem uma forte cultura de obediência filial, onde se exige respeito e obediência à autoridade dos pais até o casamento dos filhos. Sair de casa sem a autorização dos pais equivale a rejeitar as expectativas de reciprocidade onde o apoio afetivo e material recebido pelas crianças é retribuído quando elas se tornam adultas (Kaye, 1962, p. 149). Assim, falar abertamente de seus planos, como algumas das crianças fizeram, já era em si uma medida de sua determinação, mas também algo que poderia expor as crianças a críticas ou sanções. Isaac (16 anos), por exemplo, comentou que “uma vez eu disse [para minha mãe] que eu queria ir até o meu pai em Acra, mas ela disse para eu não ir. Então eu sabia que se eu falasse para ela, ela não me deixaria vir.” Quando Kwaku James (14 anos) mencionou para sua mãe seus planos de ir embora, ela ameaçou deserdá-lo: “Eu falei para ela que eu viria para trabalhar, mas ela disse que eu não deveria voltar para ela, que eu deveria ficar com meu pai.” Outras crianças também contaram que irmãos, amigos ou parentes foram impedidos de sair quando suas intenções foram descobertas, enquanto outras ainda relataram ter sido seguidas até Acra por familiares furiosos ou preocupados.

Dessa forma, sair de casa foi uma questão que envolveu dilemas e deliberação, significou confrontar uma ordem normativa que impedia tais atos e desafiar as expectativas e convenções. A maioria das crianças procurou fugir de forma discreta, revelando seus planos apenas para um amigo ou irmão mais próximo, ou deixando para avisar apenas no último momento. Para a maioria, no entanto, o

mais seguro era ocultar suas intenções. Quando perguntávamos se alguém sabia de seus planos de sair de casa, suas respostas eram sucintas: “Não” (Mary, 13 anos), “Não falei para ninguém” (Steven, 13 anos), ou “Ninguém sabia” (Anna, 15 anos).

Sair de casa também exigiu substancial esforço, atividade e aplicação. Muitas das crianças comentaram que sua decisão de sair de casa foi tomada impulsivamente, mas uma análise mais atenta revelou que isso raramente era o caso. Insinuações de espontaneidade e impulsividade eram geralmente desmentidas por relatos sobre premeditação e reflexão, atividade e planejamento, indicando que a noção de partir foi sendo formada por algum tempo enquanto os preparativos eram feitos. Era preciso planejar os itinerários, decidir os meios de transporte e obter fundo para o transporte. Algumas crianças ainda precisavam de dinheiro para custear viagens que provavelmente durariam algum tempo, ou para o próprio sustento nos primeiros dias em Acra. Obter esses recursos não era simples e as crianças precisaram buscar trabalho adicional ou emprego alternativo além daquilo que já estavam acostumados a fazer.

Ser incapaz de ser dependente

Todavia, essa capacidade “de escolher fazer”, de ser “agentes ativos em processos de mobilidade” (Young, 2004, p. 472), é qualificada pelas percepções das crianças sobre sua própria vulnerabilidade. Ao mesmo tempo em que relataram ações autodeterminadas e escolhas deliberadas, as crianças também falaram de sua saída de casa a partir da insegurança predominante e do reconhecimento de que elas *não podiam mais ser dependentes*. Esse termo foi tomado emprestado de Harriss-White (2005, p. 883) e seu trabalho que apresenta a destituição como o resultado de atos de expropriação social, econômica e política, bem como um estado de privação que pode ser quantificado em termos de sobreviver com menos de US\$1,25 por dia. Os destituídos, assim “são os remanescentes individualizados de uma família que entrou em colapso”, onde “ter quase nada” e “ser quase nada”, como ela afirma, resulta da falta de rendimentos, recursos e bens necessários para a subsistência, tais como a habilidade de exercer sua capacidade de trabalho. Esses atos de exclusão abrangem a revogação de direitos usuais de transferências e mecanismos de seguro – dinheiro, alimentos, propriedade comum – ou a alteração de termos que mantinham certos direitos, inviabilizando seu recebimento. Para chegar a esse ponto, ela argumenta, “obrigações morais instituídas *acima* do nível do indivíduo terão entrado em colapso, bem como retirada a rede de apoio social” (Harriss-White, 2005, p. 883, grifo do autor do artigo), conforme as pessoas

são expelidas dos programas de apoio, ou deixam de ser reconhecidas como merecedoras de apoio, de cuidado e de atenção decorrentes das relações de mútua dependência e das noções de inclusão socialmente prescritas e esperadas. Tal exclusão pode ocorrer pelo uso da força, da expropriação ou pela destituição ativa, mas ela igualmente é um produto da negligência acumulada ou da indiferença contínua.

Entrevistador: Que motivos os seus amigos dão para estar nas ruas?

Mustapha (14 anos): Muitos. Alguns dizem que seus pais não cuidavam deles na escola, aí decidiram parar. Outros dizem que seus padastros os maltratavam. Outros ainda dizem que fizeram algo de errado em casa, tipo roubar o dinheiro de alguém... Eles dão tantos motivos. Meu amigo Júnior, por exemplo, diz que estava morando com sua madrasta, que estava maltratando ele. Ele estava na sexta série [10 a 11 anos] e era o chefe da turma, o que significava que ele tinha que ir para a escola cedo todos os dias. Mas ele tinha que acordar muito cedo e fazer todo o serviço de casa, enquanto seus irmãos menores na terceira série [7 a 8 anos] ficavam dormindo. Eles iam mais cedo para a escola do que ele. Ele tinha uma longa distância para caminhar para a escola, mas a sineta tocava às 7h15 da manhã. Ele diz que na maioria das vezes chegava na escola às 11 da manhã, durante o recreio. Assim, ele estava sempre apanhando, então decidiu sair. Ele não aguentava mais.

É significativo que ao ser perguntado por que as crianças vão para as ruas de Acra, Mustapha responde detalhando a sua vulnerabilidade. Um veterano com mais de quatro anos nas ruas, Mustapha mostrou-se bem-informado e perceptivo, e seus comentários sobre as fragilidades das crianças, as degradações, os maus-tratos, a negligência, a negação de direitos celebrados, ou a ausência de necessidades básicas foram temas com os quais nos deparamos muitas vezes em nossa pesquisa. As crianças recorrentemente complementavam seus relatos sobre as razões que os levaram a sair de casa mencionando, como o amigo de Mustapha, sua inabilidade para “aguentar” o que eles entendiam como maus-tratos cometidos por seus pais/padastros, irmãos mais velhos, tios, tias ou outros adultos a quem seu bem-estar havia sido confiado. O medo e a ansiedade associados a esses maus-tratos estavam indissociavelmente misturados com sentimentos de indignação, rebeldia ou inconformidade em seus relatos sobre abusos verbais, espancamentos, punições desproporcionais ou arbitrárias, ou sobre a conspícua, mas nem por isso menos intolerável, indiferença que as crianças foram forçadas a tolerar. Maame Kuffour (15 anos), por exemplo, relatou que a intensidade e frequência crescente de insultos, ameaças e intimidações que ouvia de sua mãe faziam aumentar sua preocupação com o próprio bem-estar, até que um dia “ela

me disse que iria envenenar minha comida, aí fiquei com muito medo.” Para Mawule (13 anos), sua saída de casa veio depois de angústia e desilusão devido à “maldade da minha madrasta comigo” e os constantes espancamentos por parte de seu pai. O ato final de humilhação foi quando seus pais não intervieram depois que ele “foi encurralado e levou uma surra” por ter denunciado um primo de ter roubado dinheiro para comprar *akpeteshi* (um aguardente local), pois Mawule achava que seria acusada.

Para muitas das crianças, ações como essas vieram acompanhadas de distanciamento afetivo e estavam frequentemente associadas a tensões dentro das famílias. Nesse sentido, nossa pesquisa reflete aquela de Contincini e Hulme, que salientam em sua discussão sobre Bangladesh “[a] violência física e a quebra de confiança dentro das famílias que levam crianças para a rua.” (Contincini e Hulme, 2007, p. 202-203, tradução nossa) No caso de Gana, a pesquisa antropológica há muito tempo já documenta como a poligamia, o divórcio e o novo casamento prejudicam o cuidado dado às crianças. Em relacionamentos polígamos, pressupõe-se que “uma coesposa não vai se dar ao trabalho de cuidar do filho de outra mulher... Uma mulher não gosta de entrar em um novo casamento com várias crianças.” (Goody, 1982, p. 44, tradução nossa) O divórcio e um novo casamento podem representar problemas adicionais para as crianças, onde a presença de um padrasto aumenta a concorrência tanto para o afeto da mãe, especialmente para os meninos, quanto em termos de acesso aos recursos familiares.

Entre as crianças com quem falamos, os padrastos e madrastas de fato eram vistos como fontes de tensão insuperável e sua entrada na família identificada com uma nítida deterioração do afeto. Como relata Constance (16 anos): “Eu vim para Accra porque eu estava morando com minha madrasta, que me batia sempre. Ela também não me dava comida, nem mesmo quando eu ajudava com o trabalho de casa, então decidi vir para cá.” Falando sobre sua madrasta, Justice (16 anos), também comentou que “essa mulher nos maltratava tanto, eu e meu irmão, que a gente não aguentou,” e depois de uma surra especialmente forte os meninos fugiram de casa. Para Kwaku James (14 anos), sua decisão de sair de casa veio a partir do reconhecimento de que ele não era mais bem-vindo nos novos casamentos dos pais. Por um lado, “a nova esposa do meu pai não queria a gente por perto... Quando íamos lá ela nos mandava voltar para a casa de nossa mãe.” Por outro lado:

Minha mãe [biológica] sempre ficava nos xingando [...] Ela vai acabar se matando com a bebida [...] Aí o marido da minha mãe reclamava que a gente não [a] respeitava, e nos mandava voltar para a casa do nosso pai, senão ele não ia mais dar dinheiro para [a mãe] comprar comida. Aí minha mãe pediu para a gente sair porque ela não queria que

a gente estragasse o casamento dela, então viemos para Acra, pois a gente não tinha outro lugar para ir.

Os relatos de privação e exclusão também podiam ter como origem a partida ou morte de um responsável. As crianças frequentemente falaram que seu luto foi acompanhado pela constatação da incapacidade ou má-vontade dos familiares de lhes prestar auxílio. Para Abena (16 anos), isso significou viajar sozinha por 500km, de Abidjan até a região de Ashanti, após a morte de sua mãe e a partida de seu pai com os irmãos mais novos. Quando voltou para Gana, ela procurou abrigo na casa de um tio, e embora ele tenha sido receptivo, para sua esposa ela era apenas mais uma boca para alimentar. Abena ficou na casa de seu tio pelo tempo que conseguiu tolerar, mas quando suas dificuldades começaram a incluir passar fome, ela acabou vindo para Acra. Para Owusu (14 anos), “Um dia minha mãe juntou as coisas dela, foi embora e não voltou mais, então a nossa avó começou a cuidar da gente. Mas aí ela morreu e não tinha ninguém para cuidar de nós...Eu precisei largar a escola e meu pai foi trabalhar em outro vilarejo. Eu tive que me virar sozinho...”

A retirada do afeto também podia ter outras causas debilitantes. A fome rotineira e a falta endêmica de comida foram importantes fatores na decisão de sair de casa, quando a escassez de comida ou a instituição de dietas mais restritas em suas famílias tornou-se intolerável. Para Steven (13 anos), sua posição à margem da nova família de sua mãe fez com que ele saísse de casa para matar sua fome: “Eles não me davam comida em casa, e às vezes eu tinha que ir para a escola de estômago vazio. Então comecei a trabalhar em Swedru como carregador. Depois decidi vir aqui para continuar esse trabalho.” Richard (14 anos) também culpou seu padrasto pela fome que passou, bem como pelas atitudes cada vez mais drásticas que tomou: “Como eu estava sempre com fome, eu roubava dinheiro da minha irmã para comprar comida. Foi com esse dinheiro que acabei vindo para Acra”.

Outros motivos enumerados pelas crianças para explicar por que saíram de casa, além da fome, incluíram necessidades adicionais não atendidas como consequência do rendimento insuficiente, da pobreza da família, o grande número de pessoas morando em uma só casa, e, no caso de Justice (16 anos), a destruição física da casa da família: “[Depois disso] eu não tinha outro lugar para ir.” Nos exemplos mais dramáticos, algumas crianças relataram ter sido “adotadas” para trabalhar na casa de parentes, conhecidos ou mesmo pessoas que lhes eram estranhas em troca da promessa de receber alimentação, educação ou uma oportunidade de aprender um ofício (Goody, 1982). Para Ekow (13 anos), a morte de seu pai agravou uma situação que já estava difícil:

Estávamos passando por dificuldades financeiras. Era difícil até mesmo conseguir

dinheiro para a comida. [Quando a situação da família piorou], minha mãe disse que ia me colocar para trabalhar como aprendiz, mas eu disse: Não gosto disso. Depois ela disse que me entregaria para um pescador, que me levaria a bordo do seu navio de pesca, mas eu disse: Também não quero fazer isso.

Com pouca comida, sem perspectivas de arrumar serviço e sem dinheiro, Ekow decidiu ir trabalhar em Acra. Outras crianças falaram sobre a situação de ser acolhidas em troca de trabalho em termos igualmente negativos, como por exemplo David (16 anos), que continuou passando fome mesmo depois de se mudar para uma família de conhecidos para aprender um ofício. Ou Tara (17 anos), que foi acolhida por uma das esposas do chefe do vilarejo, mas em troca precisava passar o dia caminhando pelas ruas quentes e empoeiradas da periferia de Acra, vendendo raízes de inhame que carregava sobre a cabeça, sem receber nada pelo serviço e ainda sendo espancada nas muitas vezes em que voltava para casa sem dinheiro. Um dia ela não aguentou mais e fugiu.

Conclusão

Gostaríamos de ressaltar dois aspectos. Primeiro, o que propomos não é uma explicação voluntariosa de agência infantil, algo que envolva apenas escolhas não mediadas e preferências pessoais. Claramente, na maioria dos casos, as crianças que conhecemos haviam feito escolhas conscientes para sair de casa e ir para Acra, em grande parte sem ameaça de força ou por ter sido obrigadas a tal. Modelos de decisão rudimentares, no entanto, tais como os das teorias da escolha racional, rapidamente se esgotam quando reconhecemos que as decisões das crianças raramente são uma simples questão de disposição, caráter ou inclinação, e que essas decisões não são constituídas individualmente. Na verdade, a agência dessas crianças – que é absolutamente real, por sinal – precisa ser compreendida em termos profundamente sociais, pois suas decisões de sair de casa surgem necessariamente a partir do seu envolvimento nas vidas de suas famílias e comunidades, e a partir de suas correspondentes percepções das relações de afeto e dependência nas quais elas estão inseridas. Aliás, é justamente a partir dessas relações não satisfatórias que as crianças reconhecem a sua vulnerabilidade, quando percebem que as necessidades práticas e afetivas a que teriam direito lhes são retiradas ou disponibilizadas de forma nitidamente reduzida. A força dessas experiências de vulnerabilidade, aliada ao reconhecimento pelas crianças de que elas não podem mais ser dependentes de sua família e parentes são os fatores que as fazem sair em busca de um modo alternativo de vida. O que defendemos,

portanto, é uma explicação da agência dessas crianças que ressalta as dimensões subjetivas, experienciais e humanistas dessa agência, onde a percepção de sua própria vulnerabilidade constitui uma força capaz de impelir as crianças a embarcar em iniciativas tão incertas. Certamente isso não deve ser confundido como um endosso das leituras subjetivistas da agência infantil, as quais, com demasiada frequência, estão implícitas no “novo paradigma” dos estudos da infância, onde a agência é equiparada a pouco mais do que o estado de espírito de uma criança.

É um *non-sequitur* comparar o que não passa de formas comportamentais determinadas pela mente com o “poder impulsionador” das percepções subjetivas e falíveis que as crianças fazem de sua própria vulnerabilidade (Sayer, 2011). Os sentimentos falíveis e subjetivos de dependência, fragilidade, negligência e anseio que impelem as crianças para as ruas de Acra tratam de fato de coisas que realmente existem. Ou em outras palavras, a consciência das crianças de sua vulnerabilidade é interdependente da existência de forças naturais, estruturais e culturais objetivas que podem efetivamente impedir (ou aprimorar) seu bem-estar, independente da forma em que elas são vivenciadas ou compreendidas.

Em relação a esse aspecto, nossa segunda conclusão salienta a agência das crianças como uma condição essencial de sua humanidade. A conceitualização imprecisa e esquiva da agência infantil, muitas vezes aparente nos estudos da infância, frequentemente também invoca o poder da normatividade para explicar por que as crianças fazem o que fazem. Certamente há bons motivos para isso, pois as normas que regem o “bom filho”, por exemplo, de fato mapeiam as “regras do jogo” ao fornecer quadros de referência pelos quais as crianças e os adultos se orientam e direcionam suas ações. Isoladamente, no entanto, a invocação da normatividade é insuficiente para explicar a complexidade e a natureza inovadora das ações das crianças. Em suma, a criança e sua descrição cultural não podem ser tão facilmente fundidas em um só conceito. Esse, porém, é o perigo do forte construtivismo que tende a prevalecer no debate atual, onde “a imaturidade da criança é um fato biológico da vida, mas a maneira em que essa imaturidade é compreendida e significada é um fato da cultura.” (Prout; James, 1997, p. 7, tradução nossa) Tratar as crianças seriamente como “sujeitos causalmente eficazes” (Archer, 2000a, p. 25) – o que as crianças com as quais falamos certamente são – exige atenção para mais do que os “fatos de cultura” determinantes. É preciso considerar o que exatamente eleva as ações das crianças acima e além daquilo que é permitido pelas “regras do jogo”. Como afirmam os realistas sociais, a humanidade e a sociedade têm seus próprios poderes e propriedades. Elaboramos nossa individualidade quando reconhecemos a natureza distinta de cada uma, bem como as interações que necessariamente existem entre elas, o que inclui a decisão tomada pelas crianças que participaram de nossa pesquisa de deixar suas casas e suas famílias.

Referências

- APTEKAR, Lewis. Street children in the developing world: a review of their condition. *Cross-Cultural Research*, v. 28, n. 3, p. 195-224, Aug. 1994.
- ARCHER, Margaret S. *Being Human: the problem of agency*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000a.
- _____. Homo economicus, homo sociologicus and homo sentiens. In: ARCHER, Margaret S.; TRITTER, Jonathan Q. (Eds). *Rational choice theory: Resisting Colonization*. London: Routledge, 2000b.
- _____; TRITTER, Jonathan Q. Introduction. In: ARCHER, Margaret S.; TRITTER, Jonathan Q. (Eds). *Rational choice theory: resisting colonization*. London: Routledge, 2000.
- BLUEBOND-LANGNER, Myra; KORBIN, Jill E. Challenges and opportunities in the anthropology of childhoods: an introduction to "Children, Childhoods and Childhood Studies". *American Anthropologist*, v. 109, n. 2, p. 241-246, June 2007.
- BOURDILLON, Michael. Children and work: a review of current literature and debates. *Development and Change*, v. 37, n. 6, p. 1201-1226, Nov. 2006.
- BURAWOY, Michael. Multi-case ethnography: reflections on 20 years fieldwork in socialism. *Sociology Symposium*, Newcastle University, 2007.
- CAS. *Statistics, Catholic Action for Street Children*. 2008.
- CONNOLLY, Mark. Adrift in the city: a comparative study of street children in Bogota, Colombia and Guatemala City. In: BOXHILL, Nancy (Ed.). *Homeless Children: The Watchers and the Waiters*. New York: Haworth Press, 1990. p. 129-149.
- CONTICINI, Alessandro; HULME, David. Escaping violence, seeking freedom: why children in Bangladesh migrate to the street. *Development and Change*, v. 38, n. 2, p. 201-227, 2007
- CORSARO, William Arnold. *The Sociology of childhood*. London: Sage, 2005.
- ENNEW, Judith. Parentless friends: a cross-cultural examination of networks among street children and street youth. In: NESTMANN, Frank; HURRELMANN, Klaus (Eds.). *Social Networks and Social Support in Childhood and Adolescence*, Berlin: Walter de Gruyter, 1994.
- _____. Difficult circumstances: some reflections on "street children" in Africa. *Children, Youth and Environments*, v. 13, n. 1, Spring 2003.
- _____; SWART-KRUGER, Jill. Introduction: home, places and spaces in the construction of street children and street youth. *Children, Youth and Environments*, v. 13, n. 1, Spring 2003.
- GOODY, Esther N. *Parenthood and Social Reproduction: Fostering and Occupational Roles in West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HARRISS-WHITE, Barbara. Destitution and the poverty of its politics: with special

reference to South Asia. *World Development*, v. 33, n. 6, p. 881-893, June 2005.

HART, Jason. Beyond struggle and aid: children's identities in a Palestinian Refugee Camp in Jordan. In: BOYDEN, Jo; BERRY, Joanna (Eds.). *Children and youth on the front line: Ethnography, Armed Conflict and Displacement*. New York: Berghahn Books, 2004.

HASHIM, Iman; THORSEN, Dorte. *Child migration in Africa*. London: Zed Books, 2011.

HECHT, Tobias. *At Home in the street: Street Children in Northeast Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

INVERNIZZI, Antonella. Street-working children and adolescents in Lima. *Childhood*, v. 10, n. 3, p. 319-341, Aug. 2003.

IVERSEN, Vegard. Autonomy in child labor migrants. *World Development*, v. 30, n. 5, p. 817-834, May 2002.

JAMES, Allison; JAMES, Adrian L. *Constructing childhood: Theory, Policy and Social Practice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. *Theorizing Childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.

KAYE, Barrington. *Bringing up children in Ghana*. London: George Allen and Unwin, 1962.

KOVATS-BERNAT, Christopher. *Sleeping rough in Port-au-Prince: an ethnography of street children and violence in Haiti*. Gainesville: University of Florida Press, 2006.

LIEBEL, Manfred. Working children as social subjects: the contribution of working children's organisations to social transformations. *Childhood*, v. 10, n. 3, p. 265-285, Aug. 2003.

MAYALL, Berry. *Towards a sociology for childhood: thinking from children's lives*. Buckingham: Open University Press, 2002.

MIZEN, Phillip; OFOSU-KUSI, Yaw. Unofficial truths and everyday insights: understanding voice in visual research with the children of Accra's urban poor. *Visual Studies*, v. 25, n. 3, p. 255-267, 2010.

_____. Engaging with a world outside of ourselves: vistas of flatness, children's work and the urban informal economy. *Sociological Research Online*, v. 17, n. 2, May 2012

MONTGOMERY, Heather. Working with child prostitutes in Thailand: problems of practice and interpretation. *Childhood*, v.14, n. 4, p. 415-430, Dec. 2007.

OFFIT, Thomas A. *Conquistadores de la calle: child street labor in Guatemala City*. Austin: University of Texas Press, 2008.

PROUT, Alan. *The Future of Childhood: Towards the Interdisciplinary Study of Children*. Abingdon: RoutledgeFalmer, 2005.

_____ ; JAMES, Allison. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, Allison; PROUT, Alan. *Constructing and Reconstructing Childhood*. Brighton: Falmer Press, 1997.

REYNOLDS, Pamela. Imfobe: self-knowledge and the reach for ethics among former, young, anti-apartheid activists. *Anthropology Southern Africa*, v. 28, n. 3&4, p. 62-72, 2005.

_____ ; NIEUWENHUYS, Olga; HANSON, Karl. Refractions of children's rights in development practice: a view from anthropology. *Childhood*, v. 13, n. 3, p. 291-302, Aug. 2006.

SAYER, Andrew. *Why things matter to people: social science, values and ethical life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SCHEPER-HUGHES, Nancy; HOFFMAN, Daniel. Brazilian apartheid: street kids and the struggle for urban space. In: SCHEPER-HUGHES, Nancy; SARGENT, Carolyn (Eds.). *Small wars: the cultural politics of childhood*. Berkeley: University of California Press, 1998. p. 352-388.

YOUNG, Lorraine. Journeys to the street: the complex migration geographies of Ugandan street children. *Geoforum*, v. 35, n. 4, p. 471-488, July 2004.

Recebido em agosto de 2013
Aprovado em dezembro de 2013

Phil Mizen é professor do Departamento de Sociologia da University of Warwick desde 2001, depois de ter trabalhado, desde 1993, na Escola de Saúde e Estudos Sociais da mesma universidade. E-mail: P.A.Mizen@warwick.ac.uk.

Yaw Ofosu-Kusi é professor de Estudos Sociais na University of Education, Winneba, Gana. Atualmente dirige o Office of International Affairs da mesma universidade. E-mail: yawofosukusi@yahoo.co.uk.
